



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES)  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO (DEGEP)  
DIVISÃO DE APOIO E ASSESSORAMENTO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS  
ADMINISTRATIVOS (DICOL)

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência  
Doméstica e Familiar (COEM) – CASA DE PASSAGEM

ATA DE REUNIÃO  
Nº 33/2019

Data: 25.09.2019

Horário: 11h.

Local: Sala de Reuniões da DICOL

A Juíza **KATERINE JATAHY KITSOS NYGAARD** abre os trabalhos às 11h30min, agradecendo a presença de todos e informa que esta reunião visa dar continuidade às tratativas para implementação da Casa de Passagem.

Inicia destacando a importância de se encontrar soluções para os casos de mulheres que não possuem perfil de abrigo sigiloso apresentados pela CEJUVIDA. Destaca ter pensado em duas propostas de soluções paliativas para os referidos casos: (i) realização de reuniões bimestrais a fim de que seja realizado estudo de caso das situações que surgem durante o período e realizar adaptações no atendimento; (ii) criação de grupo no *WhatsApp* para que possa haver um canal aberto entre os órgãos envolvidos.

Diante disso, **Dra. Katerine Jatahy** delibera que a COEM encaminhe o contato telefônico dos presentes para criação do grupo de *WhatsApp*. (Deliberação 01 e 02)

**Sra. Joyce Braga da SUBPM** sugere a elaboração de um Seminário para apresentação e sensibilização acerca dos mecanismos que compõem a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, no qual poderiam ser convidados os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e também, os hospitais.

Após debates, restou decidido que o evento será denominado: Seminário “A Rede de Enfrentamento no combate ao Femicídio” e acontecerá no dia 29 de novembro de 2019 às 13h.

Desta forma, **Dra. Katerine Jatahy** delibera que a COEM realize o agendamento de auditório da EMERJ para realização do evento e que a Sra. Joyce Braga fique responsável pelo controle das inscrições para o Seminário e informará à COEM. (Deliberação 03 e 04)

Em relação às reuniões bimestrais, **Dra. Katerine Jatahy** destaca a importância da presença dos demais integrantes da REDE para que possam ser definidas soluções sobre os casos da CEJUVIDA.

**Sra. Joyce Braga** destaca que o estudo de caso será de grande valia considerando que poderão ser trabalhados todos os eixos e que a presença dos demais segmentos seria bastante esclarecedor.

**Sra. Helena Piragibe do CEDIM** ressalta ser importante a realização de estudo de caso e relembra que antes de 2015 eram realizadas, frequentemente, reuniões da Rede Capital onde também era realizado estudo de caso e que estavam presentes integrantes da Saúde, da Educação, Sistema de Justiça, Sistema de Segurança Pública etc.

**Dra. Katerine Jatahy** acrescenta que teve a ideia de realizar reuniões bimestrais com base em sua atuação no Núcleo de Audiência de Apresentação (NAAP) em que são realizadas reuniões periódicas para discutir o que fazer em determinados casos. E

questiona a opinião dos integrantes da CEJUVIDA sobre a realização de reuniões bimestrais.

**Sra. Leontina Célia da CEJUVIDA** destaca ser importante as reuniões e que sendo realizadas bimestralmente são mais fáceis para o comparecimento da CEJUVIDA, haja vista a participação dos integrantes em outras reuniões.

**Sra. Joyce Braga** noticia que pode trazer o perfil das mulheres abrigadas no primeiro semestre para apresentação na reunião de estudo de caso. (Deliberação 05)

**Dra. Katerine Jatahy** indaga sobre o andamento da elaboração da RAD da CEJUVIDA e é respondida pela **Sra. Leontina Célia** que na última reunião realizada com o Departamento de Gestão Estratégica e Planejamento (DEGEP) restou decidido que a RAD seria encaminhada por *e-mail* aos integrantes da CEJUVIDA e que as alterações posteriores seriam encaminhadas por *e-mail* para consolidação e finalização.

**Sra. Lídia da CEJUVIDA** questiona qual seria o objetivo do estudo de caso para a CEJUVIDA.

Ao passo que, **Dra. Katerine Jatahy** responde que a importância do estudo de caso para a CEJUVIDA é de que começarão a ser apresentadas soluções para os casos concretos e que em caso de situações semelhantes as discutidas, já haverá uma forma de solucionar o caso.

**Sra. Lídia** complementa que hoje, o que a CEJUVIDA possui mais necessidade é saber para onde poderá ser encaminhada à mulher que não tem perfil de abrigo sigiloso e questiona sobre as vagas que foram discutidas em outras reuniões.

**Sra. Joyce Braga** explica que a questão das vagas possui uma demanda pendente, pois, na verdade as vagas não foram oficializadas, sendo duas vagas no abrigo de família e expõe que para a mulher que for encaminhada com criança ser atendida no abrigo de família é necessária a realização de um MCA, para inclusão da criança e o endereço do abrigo, fato que não ocorre nos casos de abrigo sigiloso onde se é mantida a mulher e criança em sigilo.

**Dra. Katerine Jatahy** ressalta que poucas pessoas possuem acesso ao MCA e indaga se a questão seria com relação a consulta do nome da criança.

**Sra. Rosilene Dantas da SUBPM** explica que seria necessário discutir internamente, por exemplo, a vaga a ser disponibilizada é no abrigo de família, pois seria o único que comportaria acolher também a criança e ressalta que o protocolo do abrigo de família dispõe que após ser realizado todo o procedimento deve ser lançado no MCA em até 48 horas a situação da criança.

**Sra. Leontina Célia** ressalta que os casos em que há sigilo, as mulheres são encaminhadas para o abrigo sigiloso e que as vagas que foram solicitadas são para as mulheres que não se enquadram no perfil do abrigo sigiloso.

**Sra. Joyce Braga** explica que a criança entrará no cadastro do Ministério Público, onde estará notificada a situação da criança e ficará disponível no sistema de justiça.

**Dra. Katerine Jatahy** entende ser positiva essa situação, visto que muitas vezes essa criança também está sofrendo violência e é bom que o sistema de justiça tome conhecimento da situação.

**Sra. Rosilene Dantas** esclarece que nos casos em que não se enquadram no perfil abrigo sigiloso, mas que possuem perfil para abrigo de acolhimento institucional, este será enquadrado na rede da assistência e já existe um protocolo da referida rede a ser

seguido, mesmo que o caso ocorra no período noturno, como é o caso da Central de Recepção de Adultos e Famílias (CRAF) Tom Jobim.

Neste caso, seria necessário somente conversar com a Proteção Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social para que se possa ser discutida a chegada da mulher à Central, haja vista que esta mulher entra no perfil da assistência. Destaca ainda, que se a mulher se enquadra no perfil de abrigo sigiloso o desdobramento é em outro sentido, portanto, não é somente o caso de garantir a vaga, mas também de entender todo o fluxo da assistência social.

**Dra. Katerine Jatahy** explica que será uma assistência social para uma mulher vítima de violência doméstica e que esta não é uma pessoa que estará somente em vulnerabilidade social e acredita que expor esta mulher no CRAF é mais uma forma de a revitimizar, haja vista que estará no convívio de outras pessoas que se enquadram em perfis diferentes.

**Sra. Rosilene Dantas** ressalta que não significa que a mulher ficará na CRAF, mas sim que a CRAF seria a porta de entrada e noticia que está negociando que esta mulher entre via CRAF, mas não necessariamente em forma presencial, porém a questão ainda está sendo amadurecida.

**Sra. Joyce Braga** esclarece que existem dois tipos de abrigo, o para mulheres e outro para mulheres com filhos, o Abrigo Maria Tereza Vieira seria para as mulheres com filhos, sendo necessário estabelecer um fluxo nos casos em que a mulher não possui filhos.

Destaca a necessidade de estreitamento do fluxo para atendimento dessas mulheres, tendo em vista que o tratamento se dá de forma diferente em cada um dos casos.

**Sra. Helena Piragibe** expõe que o presente debate se iniciou para que fosse encontrada uma forma imediata para solucionar a questão da Casa de Permanência Breve e o resultado obtido até a presente reunião, foi a possibilidade de reserva de 02 vagas em abrigos do município e a análise desse fluxo para encaminhamento da mulher, porém destaca que deve ser dada continuidade ao processo para implementação da Casa de Permanência Breve.

Sugere ainda, que seja realizada uma ação em conjunto com o Ministério Público para uma interferência no Estado do Rio de Janeiro visando a implementação da Casa de Permanência Breve, pois, caso contrário, a rede estará sempre com o paliativo e a haverá o desfazimento da política das mulheres.

**Dra. Katerine Jatahy** informa que a Sra. Cristina Fernandes traria um estudo sobre os imóveis disponíveis e as ferramentas que já existem para uma futura implementação da Casa de Permanência Breve.

**Sra. Cristina Fernandes do CIAM Márcia Lyra** esclarece que está sendo verificado o espaço físico que comporte a Casa de Permanência Breve, mas esclarece que não possui força política.

Discorre que existem duas políticas que estão sendo tratadas, que é a assistência social e a política das mulheres e destaca que há um movimento bastante robusto de supressão da política das mulheres para que ela, inclusive, seja incorporada pela política da assistência social, devendo ser lembrado que a política da assistência social é uma política setorial e a política na área das mulheres é uma política transversal a todos os setores, sendo ela, uma política especializada, possuindo suas especificidades e

peculiaridades, mas sempre sob a ótica dos direitos humanos. E que percebe dentro do Estado um esvaziamento de toda a política para as mulheres.

Informa que os imóveis que foram verificados encontram-se invadidos e há uma preocupação com a segurança das pessoas que irão atuar na Casa de Permanência Breve. Desta forma, se compromete a trazer para a próxima reunião listagem do que já possui para a implementação da Casa de Permanência Breve, bem como os itens faltantes. (Deliberação 06)

**Dra. Katerine Jatahy** explica que o objetivo das reuniões é verificar todas as necessidades para que possa ser elaborado o projeto da Casa de Permanência Breve e após, seja verificado como o mesmo poderá ser realizado. E que a presença do Ministério Público é extremamente importante para que possa ingressar com as ações cabíveis em defesa dos direitos das mulheres.

Ato contínuo, **Dra. Katerine Jatahy** solicita que a CEJUVIDA, bem como o CIAM e CEAM tragam para a próxima reunião os casos concretos ocorridos no período até a próxima reunião para debates. (Deliberação 07)

**Sr. Marcelo da CEJUVIDA** expõe que haverá dificuldade da CEJUVIDA trazer casos concretos, visto que os casos de não abrigo não chegam até a CEJUVIDA e informa que os casos são atendidos na maioria das vezes, através de contato telefônico com a Delegacia.

**Sra. Joyce Braga** destaca que com os casos da CEJUVIDA em conjunto com os dados que estão sendo elaborados pelo Município, seria possível definir um pouco mais o perfil da assistência às mulheres, pois, estariam sendo consolidados os dados dos dois mecanismos.

**Dra. Katerine Jatahy** sugere que seja elaborada ficha de atendimento telefônico para a CEJUVIDA, onde poderá ser analisado o perfil das mulheres que não estão em risco iminente de morte e delibera que a COEM elabore a ficha de atendimento telefônico com os seguintes dados: Nome, Faixa Etária, Município de origem, se possui filhos, envolvimento com tráfico ou milícia, Delegacia de requisição, resumo do caso e motivo pelo qual foi negado abrigo, após aprovação da ficha de atendimento telefônico, encaminhar aos integrantes da CEJUVIDA. (Deliberação 08 e 09)

**Sra. Cristina Fernandes** indaga se todos os casos atendidos pela CEJUVIDA são de risco iminente de morte ou se há atendimento de casos que não se enquadram em abrigo sigiloso e que não há outro lugar para que possa abrigar.

E é respondida pelo **Sr. Marcelo da CEJUVIDA** que, na maioria das vezes, os casos são de risco iminente de morte e que, quando o caso não é de risco iminente de morte, os integrantes da CEJUVIDA entram em contato com o abrigo para verificar a possibilidade de abrigar a mulher e ainda, quando se é verificado que a mulher possui questões psiquiátricas também é negociado com o abrigo para realizar o abrigo.

**Sra. Cristina Fernandes** ressalta a importância do atendimento para que possa ser verificado o perfil da mulher que vem sendo atendida pela CEJUVIDA.

**Sra. Joyce Braga** informa que esta semana apresentou um projeto de emenda parlamentar, mas que não havia possibilidade de incluir a Casa de Permanência Breve, uma vez que não possuía dados expressivos para justificar o pedido e neste caso, potencializou a implementação do CIAM da Zona Oeste. E avança a possibilidade de iniciar uma negociação com o Governo Federal para a Casa de Permanência Breve, a partir da contagem dos dados de atendimento que justifiquem a existência da Casa.

**Sra. Helena Piragibe** destaca a importância do debate para definir quais são os indicadores necessários para que se possam sensibilizar o gestor a liberar recursos para implementação da Casa de Permanência Breve e considerando o período de emendas parlamentares, os dados colhidos após os debates, irão servir para instrumentalizar o preenchimento do plano, após a apresentação da emenda parlamentar.

**Sra. Cristina Fernandes** ressalta a necessidade de duas fichas distintas para coleta de dados, os casos atendidos por telefônico que fica evidenciado que não é caso de abrigo sigiloso e que é entendido que a mulher necessita de abrigo de proteção e os casos em que a mulher chega com discurso pronto de abrigo de proteção, quando na verdade não é.

**Sra. Joyce Braga** destaca a importância de dar visibilidade à CEJUVIDA, nos eventos realizados pelo Município.

Posteriormente, **Dra. Katerine Jatahy** relata que ministrou aula na Justiça Cidadã e no Programa “Mãos EmPENHADAs” contra a Violência e que os participantes ficaram muito interessados no trabalho da CEJUVIDA e destaca que a perspectiva é de que o trabalho da CEJUVIDA venha aumentar.

Por fim, **Sra. Helena Piragibe** noticia que no CEDIM existe a Comissão de Segurança da Mulher e que através de parceria está prevista para o ano que vem a reforma da Casa Abrigo Lar da Mulher com os recursos oriundos do Via Lilás. Informa ainda, que conseguiram recursos para reforma do CEDIM, bem como do CIAM Márcia Lyra. Com relação ao CIAM BAIXADA que é localizado em Nova Iguaçu, havia um ajuste entre o Estado e a Defensoria Pública para ocupar uma parte do espaço onde as tratativas foram retomadas essa semana e será assinado contrato para reestabelecimento do serviço do CIAM BAIXADA.

Nada mais a tratar, **Dra. Katerine Jatahy** encerra a reunião às 12h50min e designa próxima reunião para o dia 11 de novembro de 2019 às 11h, mesmos convidados dessa reunião e Dra. Lúcia Iloizio do Ministério Público, Subsecretaria de Políticas para as Mulheres do Estado, Dra. Matilde do NUDEM, Dra. Flávia Brasil da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública, Secretária de Saúde e Dra. Juliana Emerique da Coordenadoria Geral de Polícia de Atendimento à Mulher (CGPAM) com a pauta Rede de Abrigamento Provisório para a Mulher (Deliberação 10 e 11)

  
**Dra. KATERINE JATAHY KITSOS NYGAARD**  
Membro da COEM

Deliberação		Responsável	Prazo
1	Encaminhar contato telefônico dos presentes para Dra. Katerine	DICOL/COEM	Imediato
2	Criar grupo de <i>WhatsApp</i> com os órgãos envolvidos.	Dra. Katerine Jatahy	-
3	Realizar agendamento de auditório da EMERJ para o Seminário “A Rede de Enfrentamento no combate ao Femicídio” que será realizado no dia 29/11/2019 às 13h	DICOL/COEM	5 dias

4	Controlar as inscrições para o Seminário e informar à COEM	Sra. Joyce Braga	-
5	Trazer o perfil das mulheres abrigadas no primeiro semestre para apresentação na reunião de estudo de caso	Sra. Joyce Braga	
6	Trazer para a próxima reunião listagem do que já possui para a implementação da Casa de Permanência Breve, bem como os itens faltantes	Sra. Cristina Fernandes	Próxima Reunião
7	Trazer os casos concretos ocorridos no período até a próxima reunião para debates	CEJUVIDA, CIAM e CEAM	Próxima Reunião
8	Elaborar a ficha de atendimento telefônico com os seguintes dados: Nome, Faixa Etária, Município de origem, se possui filhos, envolvimento com tráfico ou milícia, Delegacia de requisição, resumo do caso e motivo pelo qual foi negado abrigo	DICOL/COEM	Imediato
9	Encaminhar Ficha de Atendimento Telefônico para os integrantes da CEJUVIDA	DICOL/COEM	Após aprovação da ficha
10	Enviar convite para próxima reunião no dia 11/11/2019 às 11h, com a pauta Rede de Abrigamento Provisório para a Mulher	DICOL/COEM	5 dias
11	Convidar os mesmos convidados da reunião e Dra. Lúcia Iloizio do Ministério Público, Subsecretaria de Políticas para as Mulheres do Estado, Dra. Matilde do NUDEM, Dra. Flávia Brasil da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública, Secretaria de Saúde e Dra. Juliana Emerique da Coordenadoria Geral de Polícia de Atendimento à Mulher (CGPAM)	DICOL/COEM	5 dias

CERTIDÃO

Certifico que a presente Ata foi assinada em 23/10/2019.



Rodrigo O. T. Almeida  
Chefe de Serviço do SEATE